



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**SÉRGIO MURILO SEIXAS VIEIRA**

UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL APÓS A  
IMPLANTAÇÃO DO PRIMEIRO FÓRUM SOCIAL  
MUNDIAL

**FLORIANÓPOLIS, 2008.**

SÉRGIO MURILO SEIXAS VIEIRA

**UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO  
DO PRIMEIRO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para a  
obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Professor Armando Lisboa

FLORIANÓPOLIS, 2008.

SÉRGIO MURILO SEIXAS VIEIRA

UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO DE  
ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL APÓS A IMPLANTAÇÃO DO  
PRIMEIRO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

**Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Bacharel em Economia do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo atribuída a nota \_\_\_\_\_ ao aluno Sérgio Murilo Seixas Vieira na Disciplina CNM 5420 – Monografia (TCC), pela apresentação deste trabalho à Banca Examinadora.**

Florianópolis,.....de.....de 2008.

BANCA EXAMINADORA:

---

Presidente

---

Membro

---

Membro

## AGRADECIMENTOS

Á minha mãe e ao meu irmão pelas suas simples existências.

Aos meus verdadeiros **amigos**, pela paciência e constante disposição a ajudar.

Ao professor Armando pelo apoio prestado e paciência com minha pessoa.

A todos que direta ou indiretamente convivem comigo.

.

*Dedico esta monografia ao meu falecido pai, Sody ; à minha mãe, dona Lurdinha ; ao meu irmão, César. Vocês são parte fundamental da minha vida. Muito Obrigado!*



## RESUMO

Diante do rápido crescimento do movimento de economia solidária no Brasil, este trabalho pretende analisar a evolução deste movimento após os eventos do Primeiro Fórum Social Mundial, buscando, a partir de então, compreender os fatores responsáveis pela crescente mobilização dos atores direta ou indiretamente envolvidos com a economia solidária e pelo crescente grau de inserção de políticas de cunho solidário junto ao poder público federal. Foi utilizado como fontes principais, documentos digitalizados disponíveis em *web sites* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ambos publicados a partir de 2001, assim como bibliografia pertinente ao tema. Como resultado, este trabalho demonstra que o FBES desempenha um papel relevante no que tange às reivindicações do movimento de economia solidária junto aos poderes públicos. Quanto à implementação de políticas públicas, sob o governo Lula desenvolveu-se no MTE uma série de ações essenciais para o fortalecimento da economia solidária no país.

Palavras-chave: Fórum Social Mundial. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Distribuição das atividades econômicas entre os EESs .....	17
Tabela 2: Formas de Atuação dos EAFs no Brasil .....	20



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Dinâmica do Movimento da Economia Solidária no Brasil.....	17
Figura 2: Estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.....	25
Figura 3: Estrutura da Secretaria Nacional de Economia Solidária .....	42

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADS** – Agência de Desenvolvimento Solidário  
**ANTEAG** – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão  
**CARITAS** – Caritas Internationalis  
**CNES** – Conselho Nacional de Economia Solidária  
**CONAES** – Conferência Nacional de Economia Solidária  
**CUT** – Central Única dos Trabalhadores  
**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos  
**EAF** – Entidade de Apoio e Fomento  
**EES** – Empreendimento Econômico Solidário  
**FBES** – Fórum Brasileiro de Economia Solidária  
**FMI** - Fundo Monetário Internacional  
**FSM** - Fórum Social Mundial  
**GTBrasileiro** - Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária  
**ITCP** – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público  
**PROGER** - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda  
**PRONAF** - Programa Nacional de Agricultura Familiar  
**PRONINC** – Programa Nacional de Incubadoras  
**PAC** – Projeto Alternativo Comunitário  
**SCA** - Sistema Cooperativista dos Assentados  
**SEBRAE** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SDE** - Secretaria do Desenvolvimento Econômico  
**SEDAI** – Secretaria de Desenvolvimento a Assuntos Internacionais  
**SENAES** – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
**SMIC** – Secretaria Municipal da Indústria e Comércio  
**UNISOL** – União e Solidariedade das Cooperativas

# SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1.1 Contextualização do Problema</b> .....	<b>9</b>
<b>1.2 Objetivos</b> .....	<b>10</b>
1.2.1 Objetivo Geral .....	10
1.2.2 Objetivos Específicos .....	10
<b>1.3 Metodologia</b> .....	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>12</b>
<b>2. O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL</b> .....	<b>12</b>
<b>2.1 Raízes históricas</b> .....	<b>12</b>
<b>2.2 A trajetória recente do Movimento no Brasil</b> .....	<b>15</b>
<b>2.3 Os Segmentos do Movimento</b> .....	<b>17</b>
2.3.1 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).....	17
2.3.2 Entidades de Apoio e Fomento (EAF) .....	19
2.3.3 Gestores Públicos.....	21
<b>2.4 Formas inéditas de auto-organização</b> .....	<b>23</b>
2.4.1 As redes .....	23
2.4.2 Os fóruns .....	23
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>25</b>
<b>3. O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA</b> ..	<b>25</b>
<b>3.1 Estrutura do FBES</b> .....	<b>25</b>
<b>3.2 Carta de Princípios</b> .....	<b>26</b>
3.2.1 Princípios Gerais.....	26
3.2.2 Princípios Específicos.....	29
<b>3.3 O que a economia solidária não é</b> .....	<b>31</b>
<b>3.4 Plataforma</b> .....	<b>31</b>

3.4.1	Finanças Solidárias .....	32
3.4.2	Marco Legal.....	34
3.4.3	Educação .....	35
3.4.4	Comunicação .....	36
3.4.5	Redes de Produção, Comercialização e Consumo.....	37
3.4.6	Democratização do Conhecimento e Tecnologia .....	38
3.4.7	Organização Social da Economia Solidária .....	39
<b>CAPÍTULO IV .....</b>		<b>41</b>
<b>4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESFERA FEDERAL .....</b>		<b>41</b>
<b>4.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária.....</b>		<b>41</b>
4.1.1	Composição e Estrutura .....	41
4.1.2	Atividades .....	42
<b>4.2 Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES .....</b>		<b>45</b>
4.2.1	Estrutura e Funcionamento .....	45
<b>4.3 Conferência Nacional de Economia Solidária .....</b>		<b>46</b>
<b>CAPÍTULO V.....</b>		<b>48</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>		<b>48</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>51</b>

# CAPÍTULO I

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Contextualização do Problema

O Movimento de Economia Solidária vêm crescendo vertiginosamente nos últimos anos. Hoje existe uma diversidade de atores, cada qual com seu respectivo papel, dispostos em um campo homogêneo de ações e entidades relacionadas à economia solidária no Brasil. Tratam-se de empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento a estes empreendimentos, além dos gestores públicos, sendo estes últimos incorporados ao movimento graças ao advento dos fóruns, espaços inéditos de auto-organização que promovem a interlocução com o setor público.

Alguns fatores contribuem para a propagação dos ideais solidários aqui no Brasil, tal como o Primeiro Fórum Social Mundial (FSM) ocorrido Porto Alegre no ano de 2001. Com boa parte da esquerda mundial reunida foi possível concentrar no Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GTBrasileiro) diversas entidades e experiências ligadas à economia solidária, visando garantir a participação brasileira no FSM.

Pouco depois, em 2002, Lula elege-se presidente sinalizando, assim, boas perspectivas para as aspirações do GTBrasileiro. Sob um governo de esquerda, cujo Presidente é declaradamente simpatizante aos princípios da economia solidária, logo desenrolou-se uma série de plenárias decisivas para o futuro do Movimento. Diferente dos tempos de Robert Owen, quando o Estado negligenciava seus projetos “alternativos”, agora, a instância máxima do poder estatal brasileiro está disposta apoiar a economia solidária no país.

Partindo dessa constatação, de que o movimento de economia solidária vem crescendo e se organizando com mais intensidade a partir da implantação do Primeiro Fórum Social Mundial, destaca-se a importância de averiguar como se dá o fortalecimento do movimento após este período.

Grças ao FSM, precisamente à carta enviada pelo GTBrasileiro ao Presidente Lula, insituiu-se em 2003 o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), um instrumento de suma importância no que diz respeito ao diálogo do Movimento com o setor estatal federal. Trata-se do

representante da sociedade civil, engajada na economia solidária perante o Governo. O FBES desdobra-se em ramificações estaduais, estendendo-se por 18 Estados da Federação. Sua plataforma de lutas subsidia parcialmente o Plano de Governo da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, criado para implementação de políticas de apoio à economia solidária. Este órgão foi criado praticamente na mesma época em que foi instituído o FBES, constituindo um dos primeiros passos do processo de inclusão da economia solidária na Agenda estatal federal.

Além da SENAES, desenvolveu-se no MTE outras ações que contribuíram para o fortalecimento do Movimento da Economia Solidária no país. Para orientar a política de economia solidária do governo federal, criou-se o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), englobando representantes de três segmentos: dos empreendimentos solidários, Ministérios e bancos públicos federais e das entidades civis que fomentam a economia solidária ou a priorizam para gerar trabalho e renda. A Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), por sua vez, visa propor e debater diretrizes, princípios e estratégias para as políticas de fortalecimento da economia solidária. A CONAES aconteceu em Brasília no ano de 2006.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

O objetivo do presente trabalho é analisar a evolução do Movimento de economia solidária no Brasil após o Primeiro Fórum Social Mundial (2001).

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

- λ Analisar a origem histórica e as vertentes do movimento de economia solidária no Brasil;
- λ Demonstrar a importância do FBES no que tange às reivindicações do Movimento junto à esfera pública;
- λ Sistematizar as principais ações de incentivo à economia solidária desenvolvidas no MTE a partir de 2001.

### 1.3 Metodologia

Com o intuito de alcançar os objetivos geral e específicos, o referencial deste trabalho foram diversos textos relacionados a esta área de pesquisa disponíveis nos *sites* eletrônicos do Ministério do Trabalho e Emprego e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Nestes locais existem documentos e textos digitalizados em abundância, por tratar-se de um assunto em voga.

Outra fonte importante neste trabalho é a publicação “Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional” (CARVALHO FILHO *et al.*, 2006). Esta coletânea é organizada por importantes autores nesta área, como Genauto Carvalho de França Filho e Jean-Louis Laville. A obra traça um paralelo da economia solidária no Brasil e na França, fornecendo informações interessantes relacionadas à formação do Movimento da Economia Solidária no Brasil.

Através de uma pesquisa bibliográfica abordando o referencial citado, os dados serão concatenados de maneira a se atingir os objetivos propostos.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em cinco capítulos: o primeiro capítulo apresenta uma breve introdução contendo a situação do problema e os objetivos pretendidos; o segundo apresenta uma revisão teórica sobre a origem da economia solidária, a recente trajetória do Movimento no Brasil bem como suas vertentes; o terceiro diz respeito ao FBES, abordando sua estrutura, princípios e plataforma de lutas; o quarto capítulo aborda as ações orientadas à economia solidária desenvolvidas no MTE; e, finalmente, o último capítulo conclui o trabalho.

## CAPÍTULO II

### 2. O MOVIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

#### 2.1 Raízes históricas

A origem da economia solidária<sup>1</sup> está intimamente relacionada ao surgimento do capitalismo moderno, precisamente aos efeitos da Revolução Industrial. Esse período foi marcado pela eclosão de uma onda de inovações abrangendo intensamente as formas de produção. Novidades, tais como o motor a vapor e os teares mecânicos possibilitaram a produção em massa, sem um correspondente aumento no emprego de mão-de-obra.

Dentre os efeitos sócio-econômicos emanados pela revolução, destaca-se o empobrecimento da classe camponesa (proletariado moderno), que segundo Paul Singer (SINGER, 2002), viria a motivar as primeiras manifestações da economia solidária. Além disso:

a exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2002, p.24).

Diante das precárias condições em que se encontrava o proletariado, eclodiram inúmeras reivindicações relacionadas à proteção do trabalhador. Robert Owen desempenhou relevante papel nesta incipiente luta de classes. Além de impôr um generoso modelo de gestão em seu complexo industrial têxtil de Nova Lanark<sup>2</sup>, este milionário britânico propôs junto a seu governo uma alteração na distribuição dos fundos públicos aos pobres: ao invés de serem diretamente

---

<sup>1</sup> Neste trabalho estão embutidos no termo “economia solidária” outros títulos tais como economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de comunhão e economia de proximidade, dentre outros. Economia solidária aqui traduz-se em práticas que, além de propiciar a sobrevivência e a melhoria na qualidade de vida dos que dela usufruem, baseiam-se em princípios particulares, que valorizam o ser humano ao invés do capital.

<sup>2</sup> No complexo têxtil de Nova Lamark, Owen adotou um modelo de gestão “atípico” em meio aos tradicionais modelos britânicos: limitou as jornadas de trabalho e proibiu o emprego infantil. Tais medidas traduziram-se em ganho de produtividade, tornando o empreendimento de Owen lucrativo. Diversas pessoas de várias partes do mundo visitaram Nova Lamark com o intuito de entender o segredo desta fórmula.



distribuídos, seriam invertidos na compra de terras e construção de aldeias cooperativas. Cada uma delas abrigaria aproximadamente mil pessoas, trabalhando na indústria e na agricultura, gerando assim a própria subsistência (SINGER, 2002, p.26).

Porém, Owen não obteve êxito ao tentar convencer as autoridades britânicas a adotar seu plano, provocando assim a radicalização de seu discurso.

Quanto mais Owen explicava o seu “plano”, mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista (COLE, 1944 *apud* SINGER, 2002, p.20).

Decepcionado com a antipatia do governo britânico para com suas idéias, rumou para os Estados Unidos e fundou a colônia Nova Harmonia no estado de Indiana. Owen pretendia formar uma aldeia cooperativa norteada por uma ordem moral diferente da liberal, predominante em sua terra natal. Owen acreditava que seu modelo serviria de inspiração para experiências cooperativas similares nos EUA e ao redor do mundo, porém sua proposta não prosperou, e após quatro anos gerindo a Nova Harmonia, ilude-se com o resultado da empreitada abandonando o país.

Em seu regresso à Grã-Bretanha, após o fracasso de seu projeto nos EUA, Owen deparou-se com diversas sociedades cooperativas levadas a cabo por admiradores de suas idéias. A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais (SINGER, 2002, p.27)

Outra iniciativa importante na difusão do cooperativismo owenista foi a *Brighton Co-operative Trading Association*, liderada por Willian King. Tratava-se de um armazém cooperativo onde era vendido o produto do trabalho dos associados, predominantemente operários. A associação de Brighton pôs em circulação *The Co-operator*, uma publicação expondo os princípios do cooperativismo. O periódico foi importante na divulgação do cooperativismo e no seu mapeamento. No seu primeiro exemplar registra-se apenas 4 cooperativas, enquanto no último número estão registrados mais de trezentas<sup>3</sup>.

Em meio à ascensão do cooperativismo, as idéias de Owen passaram a ser incorporadas pelo incipiente movimento sindical. Os trabalhadores mudaram sua estratégia: ao invés de

---

<sup>3</sup> A Primeira edição do *The Co-operator* foi publicada em maio de 1828, sendo a última edição publicada em agosto

reivindicarem melhores salários e condições de trabalho, tentaram competir com seus empregadores, visando eliminá-los em favor da autogestão (SINGER, 2002, p.29). “Tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançasse (sic) em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa” (COLE, 1944 *apud* SINGER, 2002, p.24). Estas cooperativas eram estreitamente relacionadas à luta de classes, sendo fruto direto de greves ou da insatisfação de sindicalistas em relação a salários e emprego.

Havia também Sociedades de Propaganda owenista difundindo os princípios de uma “cooperativa integral”, englobadora da produção e consumo. Buscava-se formar Aldeias Cooperativas, de onde se originariam, e *armazéns cooperativos*, como os da Associação Cooperativa de Brighton, criados para empregar alguns de seus membros, visando consumir seus próprios produtos ou trocá-los via escambo com sociedades semelhantes (SINGER, 2002, p.30).

Como Robert Owen e muitos de seus contemporâneos rejeitavam toda a atividade que visasse o lucro, as sociedades owenistas criaram bazares, espaços onde os cooperados comercializavam entre si com uma moeda própria. Seriam os atuais “clubes de troca”. Em seu retorno à Grã-Bretanha, Owen estimulou essas iniciativas criando a *National Equitable Labour Exchange*, visando oferecer um espaço onde os cooperados pudessem trocar seus produtos. A iniciativa logo foi imitada por cooperadores de diversas cidades britânicas.

Os empregadores reagiram rispidamente. Uma série de greves patronais foram organizadas em várias partes da Grã-Bretanha. A primeira reação foi tomada pelos empreiteiros da região, que demitiram todos os trabalhadores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Construção. Logo após, irromperam novas ofensivas por parte dos empregadores. As greves patronais multiplicaram-se rapidamente, estendendo-se de Liverpool, berço da contra-ofensiva dos empregadores, a Manchester. Por fim, o setor têxtil também foi marcado pelas greves patronais com a demissão em massa dos trabalhadores sindicalizados.

As intensas investidas dos capitalistas somadas à hostilidade do governo frente o sindicalismo, contribuíram para a ruína dos sindicatos, que um a um sucumbiram levando consigo as cooperativas por eles geridas. Em pouco tempo os trabalhadores até então engajados nas experiências cooperativistas/sindicalistas retornaram aos seus velhos postos na hierarquia liberal/capitalista. “A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória”

(COLE,1944, p.29 *apud* SINGER, 2002, p.35).

Esta seria a origem histórica da economia solidária, fase marcada pela confluência dos princípios solidários com a crítica socialista dos trabalhadores à lógica capitalista. Muitas das iniciativas cooperativistas geridas por trabalhadores desempregados ou descontentes tiveram influência no pensamento de Robert Owen: “a figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem dúvidas Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação que inspiraria os seus sucessores” (SINGER, 2002, p.35).

## 2.2 A trajetória recente do Movimento no Brasil

Em meados de 1990 acentuou-se a influência neoliberal sobre os gestores das principais economias da América Latina. No Brasil não foi diferente com as políticas recorrentes neste período de abertura comercial, de estabilidade de preços, de equilíbrio fiscal e de privatizações, seguindo-se o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Esta onda liberalizante trouxe consigo uma crise social de relevantes proporções: a) muitas firmas fecharam suas portas diante da invasão dos concorrentes internacionais, b) as altas taxas de juros necessárias à estabilidade econômica cercearam o investimento e consumo, refletindo diretamente no nível de emprego, c) a preocupação excessiva com o controle fiscal inviabilizou gastos estatais em infra-estrutura, necessária para atrair investimentos privados e d) houveram cortes drásticos nos gastos públicos com a área social. Verificou-se no Brasil, nas duas últimas décadas do século vinte, desemprego em massa, fechamento de empresas, e redução da produção e do emprego. Milhares de postos de trabalho foram eliminados (SINGER, 2006, p.201).

Como nos tempos de Owen, diversas iniciativas locais, fundamentadas em princípios de solidariedade, cooperação e autogestão surgem como resposta à crise. Dentre elas é possível destacar: a) os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), a partir de 1980, criado pela Caritas Internationalis (CARITAS)<sup>4</sup> sob o lema “A solidariedade liberta”, b) as cooperativas agropecuárias nos assentamentos de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), em fins de 1980, c) as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), idealizadas pela Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria em meados de 1990, d) a

---

<sup>4</sup> Confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica com abrangência em mais de 200 países, incluindo o Brasil.

Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG) e e) a União e Solidariedade das Cooperativas (UNISOL), iniciativas estas levadas a cabo por trabalhadores oriundos de empresas em crise falimentar transformadas em cooperativas (SINGER, 2006, p.20). Estavam lançadas as bases do movimento de economia solidária no Brasil.

Já em meados de 2000, começa a delinear-se um ambiente favorável ao desenvolvimento do movimento com a implantação do FSM,

um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo.<sup>5</sup>

Em Porto Alegre, em 2001, aconteceu a primeira edição deste fórum, reunindo 20 mil participantes e 4.700 delegados de 117 países, além de contar com a participação de 1.870 jornalistas credenciados.

Criado no mesmo ano, o GTBrasileiro representou várias práticas e segmentos da economia solidária brasileira no I FSM:

campo, cidade, práticas diminutas, práticas complexas, igreja, bases populares, bases sindicais, universidades, movimentos sociais populares, práticas governamentais, práticas de apoio ao crédito, práticas de redes de informação, vínculos às bases nacionais, vínculos as redes internacionais (FBES, 2006, p.75).

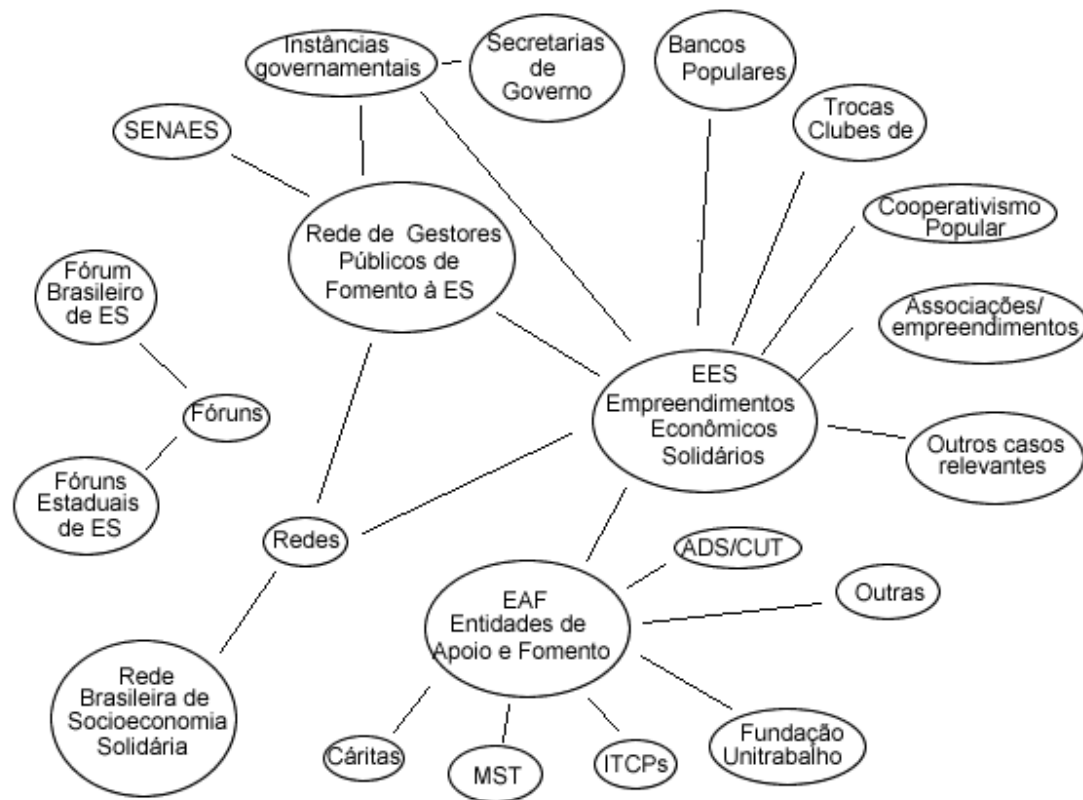
Diante da vitória de Lula nas eleições presidenciais em 2002, o GTBrasileiro apresentou ao futuro presidente um documento intitulado “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”. Nele constam as diretrizes gerais da economia solidária, bem como a reivindicação da criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Em 2003, quase que simultaneamente, foram criados a SENAES e o FBES, as duas colunas de sustentação do movimento junto ao poder público. O FBES tem a incumbência de mobilizar as bases da economia solidária pelo país, além de fazer a interlocução destas com a SENAES, que por sua vez, adota a plataforma do fórum em seu plano de governo.

Atualmente é possível vislumbrar um campo de práticas relacionadas à economia solidária no Brasil, cuja dinâmica parece evoluir de formas de auto-organização sócio-econômica para formas de auto-organização sócio-política, nos levando a assimilá-lo como um tipo de

movimento social de natureza singular, em virtude das características dos atores que a compõem (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.163). Vejamos a Figura 1.

**Figura 1: Dinâmica do Movimento da Economia Solidária no Brasil**



Fonte: Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional

## 2.3 Os Segmentos do Movimento

### 2.3.1 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES

<sup>5</sup> Definição encontrada no *site* eletrônico do FSM, disponível em < <http://www.forumsocialmundial.org.br> >.

Segundo França Filho *et al.* (2006, p.163), tratam-se de organizações de primeiro nível, formas por excelência de auto-organização sócio-econômica. Dentre suas inúmeras manifestações destacam-se: a) cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nos âmbitos rural urbano), b) empresas recuperadas de autogestão (antigas empresas capitalistas falidas recuperadas pelos/as trabalhadores/as), c) agricultores familiares; fundos solidários e rotativos de crédito, d) bancos comunitários, e) clubes e grupos de trocas solidárias (com ou sem o uso de moeda social, ou moeda comunitária), f) redes e articulações de comercialização e de cadeias produtivas solidárias, h) lojas de comércio justo e j) agências de turismo solidário, entre outras.

No Brasil encontra-se em expansão o número de iniciativas de finanças solidárias, genericamente conhecidas como *bancos populares*. Tratam-se de cooperativas de crédito que estendem a prática do microcrédito às pequenas iniciativas de organizações coletivas populares. Tais iniciativas geralmente contam com apoios institucionais tanto do poder público quanto das ONGs. É importante atentar à variedade de práticas e metodologias específicas orientando diferentes iniciativas no campo das finanças solidárias, destacando o microcrédito orientado, os fundos rotativos solidários, e os bancos comunitários (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.61).

Outro exemplo de empreendimento solidário são os *clubes de troca*, um sistema de trocas locais sem dinheiro. Consistem numa associação de pessoas (ao mesmo tempo produtores e consumidores individuais) cuja finalidade é intercambiar bens e serviços sem recurso à uma lógica mercantil e adotando-se, na maioria dos casos, moedas sociais como instrumento de regulação das relações de troca. Nem todos os clubes de trocas utilizam moeda fictícia, mas é possível identificar uma lógica diferente da mercantil, pois o objetivo das trocas é fortalecer ou criar vínculos sociais entre as pessoas envolvidas ao invés da satisfação auferida através do consumo de cada bem ou serviço (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.62).

No entanto, o maior número de casos de economia solidária no Brasil enquadra-se na rubrica do cooperativismo popular. Seja sob a forma de cooperativas de produção, de consumo ou prestação de serviços, as novas cooperativas pretendem distinguir-se do cooperativismo tradicional, pois pretende inscrever sua dinâmica e organização em rede, numa perspectiva de desenvolvimento local e solidário. Os casos da ANTEAG e da Federação de Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo atestam o atual grau de organização de algumas destas

iniciativas (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p. 63).

Quanto às atividades econômicas desenvolvidas pelos EESs, destacam-se as atividades relacionadas à agropecuária, extrativismo e pesca responsáveis por 42% dos EESs. A tabela 1 demonstra a divisão de atividades entre os EESs.

**Tabela1: Distribuição das atividades econômicas entre os EESs**

Produtos Agrupados por Tipo de Atividade	% EES
Agropecuária, Extrativismo e Pesca	42%
Alimentos e Bebidas	18%
Artefatos Artesanais	14%
Têxtil e confecções	10%
Serviços (Diversos)	5%
Atividades Industriais (Diversas)	4%
Coleta e Reciclagem de Materiais	2%
Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	2%
Crédito e Finanças Solidárias	1%
Outros (Produtos e Serviços)	1%
total	100%

Fonte: Mary Kazue Zanfra

Os principais motivos de criação de EESs são: devido ao desemprego (31%), para complementar a renda (14%), devido a ganhos em atividades associativas (16%), devido às facilidades no acesso ao financiamento (14%) (Zanfra, 2007, p.45).

### 2.3.2 Entidades de Apoio e Fomento (EAF)

Estas entidades desempenham um relevante papel no campo da economia solidária no Brasil, na medida em que prestam apoio aos empreendimentos econômicos solidários (EES). Entidades como a CARITAS, o MST, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) enquadram-se nesta categoria.

A CARITAS financia milhares de PACs desde meados de 1980. Segundo Singer (2002, p.122):

[...] uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado.

Outra entidade relevante neste âmbito é o MST, por assentar milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos.

O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar isso, criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados - SCA. Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos Estados brasileiros, divididas em três formas principais em primeiro nível: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito (FERREIRA, 2000 *apud* SINGER, 2002, p.23).

As ITCPs, por sua vez, constituem mais um importante segmento da economia solidária no Brasil. Estas unidades universitárias destinam-se à incubação de cooperativas e grupos de produção associada, sendo,

integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários (SINGER, 2002, p.123).

Finalmente, resta ainda destacar o papel da CUT, precisamente de sua *Agência de Desenvolvimento Solidário* (ADS), criada em 1999 em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

A ADS vêm difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho. Uma de suas atividades prioritárias é a criação de cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário [...] (SINGER, 2002, p.124).



As EAFs desempenham seu papel de fomentadoras através de seis formas principais: Incubação, P&D, assistência técnica e gerencial, financiamento, articulação/mobilização, e formação, com destaque para esta última que representa a forma de atuação de 39,46 % dos EAFs (Zanfra, 2007, p.50). A tabela 2 resume o campo de atuação dos EAFs no Brasil.

**Tabela 2: Formas de Atuação dos EAFs no Brasil**

Onde atuam as EAFs	%
Outras	8,04
Incubação	6,7
P & D	8,39
Assist. Técnica e Gerencial	10,45
Financiamento	11,61
Articulação/Mobilização	34,73
Formação	39,46

Fonte: Mary Kazue Zanfra

### 2.3.3 Gestores Públicos

São órgãos governamentais que implementam políticas direta ou indiretamente orientadas à economia solidária.

Em nível local, podemos citar como exemplo a Diretoria de Economia Popular e Solidária, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Recife (SDE-RECIFE). Com a criação da Diretoria, as organizações sociais e os cidadãos de Recife, ou melhor, seu histórico de lutas e resistência, fomentaram a concepção das políticas públicas solidárias implementadas neste Município. A principal estratégia da SDE-RECIFE foi escutar e dialogar com diversas entidades da sociedade civil e movimentos sociais (tais como ONGs, sindicatos, associações comunitárias, igrejas, universidades, etc.) e realizar diversas oficinas para discutir este tema com as organizações (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.156)

Em nível estadual, os gestores públicos do Estado do Rio Grande do Sul ilustraram uma interessante experiência na gestão do PT<sup>6</sup> (1999-2002). As diversas vitórias eleitorais neste Estado, somadas à experiência portoalegrense possibilitaram a incorporação de políticas de economia solidária ao setor público estatal. Em meados de 1990 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre começou a apoiar grupos de economia solidária e, em seguida, implantou um conjunto de políticas de cunho solidário sob o amparo do Setor de Economia Popular, na Secretaria Municipal da Indústria e Comércio (SMIC-POA). Esta experiência incitou uma onda de políticas similares em outros municípios e em 1999 o movimento de economia solidária sul-riograndense deparou-se com a vitória nas eleições estaduais de um candidato petista. Assim,

[...] o Governo do Estado passa a estruturar um Programa amplo para o apoio e a ampliação da economia solidária, abrangendo todas as Regiões do Rio Grande do Sul. Seguindo a tradição das políticas de economia solidária nos governos municipais, o programa passou a fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI (ICAZA, 2006, p.175).

Finalmente, em nível nacional, não há exemplo mais nítido do que a constituição da SENAES. Como já foi visto, esta Secretaria é resultado direto das reivindicações levantadas pelo GTBrasileiro no I FSM. Em carta enviada ao Presidente Lula, os membros do grupo clamaram pela criação de uma Secretaria em nível nacional responsável pela institucionalização das questões ali debatidas. Já em 2003 foi criada por lei a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão que integra o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal brasileiro. Trabalhando conjuntamente com o FBES, a SENAES implementa políticas debatidas no CNES, cujos membros representam três segmentos do movimento: empreendimentos solidários, ministérios e bancos públicos federais, e entidades da sociedade civil (que fomentam a economia solidária ou a priorizam para gerar trabalho e renda). Segundo Singer,

a SENAES apóia diversas experiências de desenvolvimento comunitário, sobretudo dando formação em economia solidária e lideranças locais, habilitando-as a exercer o papel de agentes do desenvolvimento. Este apoio está sendo dado a quilombos (comunidades rurais negras), aldeias de pescadores, assentamentos de reforma agrária, etc. Além disso, a Senaes está profundamente envolvida na luta pela criação dum sistema financeiro solidário, mediante a regulamentação legal do microcrédito produtivo orientado. [...] Além disso, o governo introduziu diversas políticas de apoio à micro e pequena empresa – tributárias e financeiras – que darão bases mais sólidas ao desenvolvimento

---

<sup>6</sup> Governo Olívio Dutra.

comunitário solidário (SINGER, 2006, p.203).

As ações da SENAES serão detalhadamente abordadas no capítulo 4.

## 2.4 Formas inéditas de auto-organização

Segundo França Filho *et al.* (2006, p.67), o campo de uma economia popular e solidária no Brasil também se impõe, cada vez mais, como um movimento de atores em busca de reconhecimento institucional, cuja expressão concreta são seus modos de auto-organização: os *fóruns* e as *redes*.

### 2.4.1 As redes

As redes são as formas de auto-organização mais antigas. Trata-se da associação de um certo número de experiências concretas e de organizações de fomento e apoio com valores e regras em comum. Podem se estender em diferentes escalas, variando entre as esferas local, regional, nacional e internacional. São as formas típicas de organização dos movimentos associativos hoje (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.67).

Um exemplo desta forma de auto-organização no Brasil é o da *Rede Brasileira de Sócioeconomia Solidária*, criada em 2001 no FSM de Porto Alegre.

Para além de uma rede virtual de troca de informações e conhecimento na internet, ela é também uma rede concreta de trocas de experiências em vários níveis: a formação, o conhecimento mútuo, o intercâmbio comercial, o intercâmbio de metodologias de apoio à criação de iniciativas, o espaço de debate e discussão política sobre o posicionamento da rede-movimento em relação aos poderes públicos, etc. Seu modo de funcionamento é muito baseado nos intercâmbios via internet, porém um lugar fundamental é reservado aos encontros, que são os momentos de reunião dos atores. Estes encontros podem ter lugar em diferentes níveis no plano territorial, assim como sua periodicidade varia bastante. (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.67).

### 2.4.2 Os fóruns

Assim como as *redes*, os *fóruns* constituem espaços de debate entre os atores envolvidos no movimento de economia solidária, porém existe uma diferença fundamental: os fóruns são mais abrangentes, na medida em que incluem representantes dos setores públicos. “Ao mesmo tempo que reivindicam sua autonomia como espaço de atores da sociedade civil, os fóruns

abrem-se para uma relação de interdependência em relação aos poderes públicos” (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.67).

Seu objetivo fundamental é legitimar ainda mais o campo da economia solidária ao fortalecer seu desenvolvimento. Para tal, os fóruns utilizam-se da sua condição de interlocutores do movimento junto às esferas estatais, principalmente à recém-criada SENAES. Além das ações visando maior coesão entre tão variados atores, o movimento pode debater e encaminhar propostas de políticas públicas.

Neste nível os fóruns encontram um espaço razoável para poder desempenhar um papel decisivo na mudança institucional indispensável para a consolidação deste campo, que diz respeito justamente à instituição de um quadro de regulação jurídico-político (marco legal) permitindo legitimar e fortalecer a especificidade das práticas de economia solidária. (FRANÇA FILHO *et al.*, 2006, p.68).

O FBES, que será abordado detalhadamente no próximo capítulo, representa o fórum dos fóruns no que tange à mobilização de atores e encaminhamento das reivindicações lá formuladas ao poder público. Este fórum promove a articulação entre três segmentos: empreendimentos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos, garantindo assim maior coesão ao movimento. Além disso, a Plataforma do FBES é a base do Programa Federal “Economia Solidária em Desenvolvimento”, implementado pela SENAES em 2004 com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas.

Quanto à sua estrutura, os *fóruns* possuem abrangência nacional e estadual. Logo após a constituição do FBES e sua primeira reunião, foi decidida a ramificação do encontro nacional, em edições estaduais (*fóruns* estaduais), envolvendo inicialmente 18 Estados da Federação.

Os conceitos de *redes* e *fóruns* ainda suscitam dúvidas, confundindo-se em muitos casos. França Filho (2006, p.69) esclarece,

[...] os fóruns, como as redes, apresentam um caráter ao mesmo tempo militante e de assistência técnica. Os fóruns são também espaços de reunião dos atores, porém num sentido mais abrangente em relação às redes, pela presença e participação dos poderes públicos governamentais. Ao mesmo tempo em que reivindicam sua autonomia enquanto espaço de atores da sociedade civil, os fóruns constituem-se como espaços de intermediação em relação ao Estado. Tais espaços reagrupam, desse modo, o conjunto das diversas partes que participam de um movimento de economia solidária (entre pesquisadores, entidades de apoio e fomento, gestores públicos e os próprios atores) cujo engajamento nos fóruns ocorre de maneira fundamentalmente voluntária.

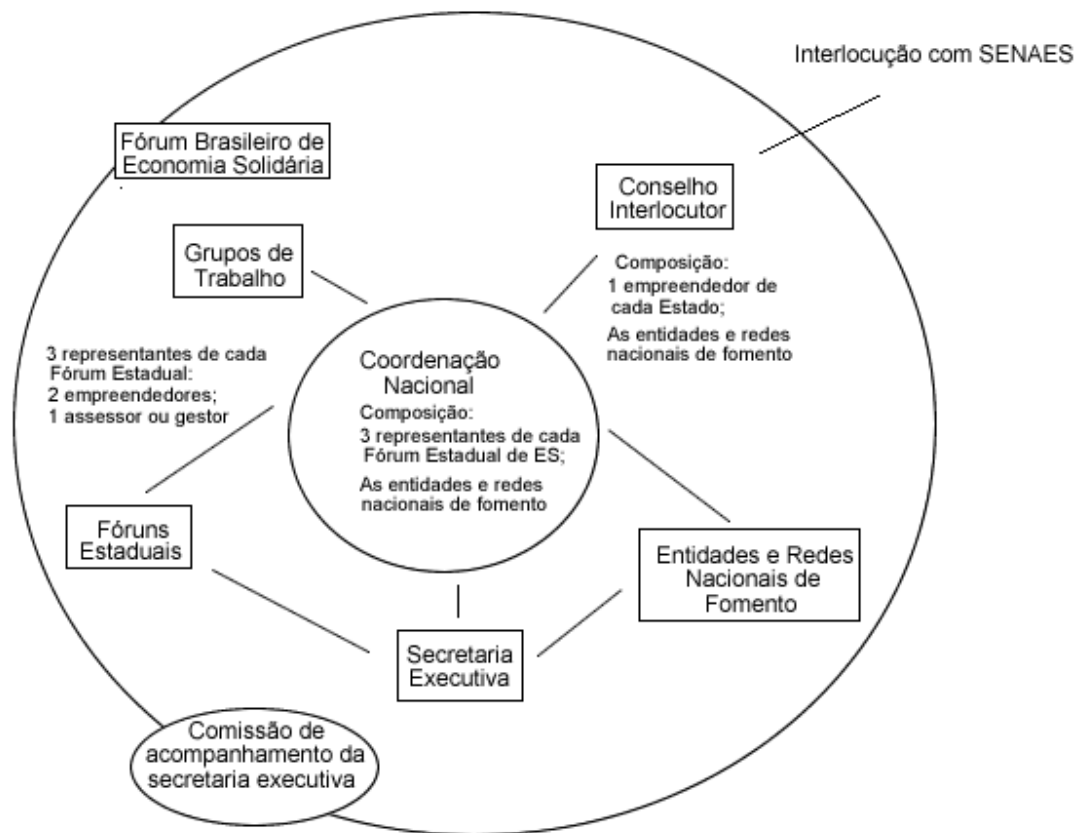
## CAPÍTULO III

### 3. O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 3.1 Estrutura do FBES

O FBES é hoje a instância nacional de articulação, debates, elaboração de estratégias e mobilização do movimento de Economia Solidária no Brasil. O FBES estrutura-se conforme a figura abaixo:

**Figura 2: Estruturação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**



Fonte: Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional.

Trata-se da articulação entre os empreendimentos solidários, as entidades de apoio e fomento aos empreendimentos e os gestores públicos.

A principal instância de decisão do FBES é a Coordenação Nacional, representada pelas entidades e redes de fomento constituintes do GTBrasileiro e mais três representantes por Estado que possua um fórum estadual. Destes últimos, dois são empreendedores e um é assessor ou gestor público.

O FBES possui também um Conselho Interlocutor, encarregado de fazer a interlocução do movimento de economia solidária com a SENAES. Este Conselho faz parte da Coordenação Nacional, sendo constituído pelas entidades e redes nacionais de fomento além de um representante por Estado, obrigatoriamente na condição de empreendedor.

Os membros da Coordenação Nacional compõem também uma comissão de acompanhamento, dando suporte à Secretaria Executiva do FBES. Esta, por sua vez, visa sustentar os trabalhos do fórum, propiciar a comunicação entre as instâncias e operacionalizar reuniões e eventos.

Já os Grupos de Trabalho, moldam-se de acordo com a demanda de ações específicas do FBES, além de empenhar-se na implantação da Plataforma de economia solidária.

Os Grupos de Trabalho englobam: Mapeamento, Finanças Solidárias, Marco Legal, Comunicação, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Produção, Comercialização e Consumo.

## 3.2 Carta de Princípios

Fornece os princípios que alicerçam o movimento da economia solidária no Brasil.

### 3.2.1 Princípios Gerais

Em meio à diversidade de experiências concentradas no FBES, existem muitos pontos de convergência de valores entre os atores nele envolvidos. São eles:

- 1) **a valorização social do trabalho humano:** em sociedades predominantemente capitalistas, os avanços tecnológicos propiciam crescente aumento de produtividade e do desemprego, visto que produz-se a mesma quantidade com menos mão-de-obra. Assim, o

trabalho humano perde importância diante do avanço das máquinas. As práticas da economia solidária caracterizam-se pela valorização do trabalho **humano** na sociedade em detrimento da eficiência produtiva.

- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica:** as práticas da economia solidária são desenvolvidas visando o bem comum, de toda a coletividade envolvida em empreendimentos solidários. No circuito capitalista predomina a individualidade, estimulada pela competição desenfreada pelo lucro.
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade:** a economia solidária reconhece a importância do papel da mulher no desenvolvimento econômico, atribuindo a elas importância fundamental no processo de desenvolvimento sócio-econômico solidário.
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza:** na economia solidária a natureza é explorada de maneira responsável, sem prejuízos ao ambiente que a cerca, ao contrário dos empreendimentos capitalistas que utilizam à exaustão os recursos naturais, influenciando negativamente o meio ambiente.
- os valores da cooperação e da solidariedade:** esses valores chocam-se frontalmente com a competição e o individualismo inerentes às economias capitalistas. Além de juntarem forças visando um bem comum, os trabalhadores engajados em projetos solidários agem motivados não pelo dinheiro, mas pela solidariedade ao próximo.

No que diz respeito à economia solidária como estratégia alternativa de desenvolvimento sócio-econômico, os integrantes do FBES concordam que:

- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital, dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas:** em sociedades capitalistas o *status* social depende diretamente da quantidade de poder de compra sobre bens e serviços. Pessoas ricas são melhor tratadas e mais aceitas em quase todos os ambientes possíveis, seja em disputas judiciais, atendimento médico, festas,

enfim, na maior parte das situações quotidianas. Na economia solidária são os atributos inerentes ao ser humano que determinam seu valor, como a sua predisposição a trabalhar, aprender e empreender.

- 1 } **A economia solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular:** na economia solidária produz-se para satisfazer as necessidades humanas, ou seja, os empreendimentos solidários funcionam de acordo com as necessidades dos envolvidos, que interagem solidariamente entre si, visando o fortalecimento dos laços solidários na sociedade.
- 1 } **A economia solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios:** nos empreendimentos solidários, os trabalhadores têm pleno acesso ao fruto do seu trabalho. Desta forma, a força de trabalho consome o que foi produzido garantindo a sua reprodução e um desenvolvimento mais equilibrado.
- 1 } **A economia solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial:** o movimento de economia solidária busca assim expandir seu raio de ação, abrangendo um espaço global, onde a lógica da solidariedade possa se difundir e consolidar.
- 1 } **Para a economia solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema:** os empreendimentos da economia solidária não são reféns da eficiência econômica. Busca também o bem estar dos trabalhadores com a preservação do ambiente em que vivem.
- 1 } **A economia solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social:** os empreendimentos solidários representam alternativas viáveis ao desemprego e à pobreza.



Grupos excluídos juntam forças e põe-se a conviver lado a lado com os empreendimentos capitalistas, possibilitando, assim, geração de trabalho e renda para essas pessoas. Como já foi visto, as três esferas estatais, Municipal, Estadual e Federal vêm adotando políticas de estímulo à economia solidária, demonstrando que os gestores públicos reconhecem seu potencial.

## 3.2.2 Princípios Específicos

### *3.2.2.1 Por um Sistema de Finanças Solidárias*

A economia solidária valoriza o direito à autonomia, por parte das comunidades e nações, sobre suas finanças. Existem elementos que definem uma política autogestionária de financiamento do investimento, do nível local ao nacional.

Em nível local ou territorial, temos os empreendimentos solidários como cooperativas de crédito e instituições de microcrédito solidário, visando financiar seus membros, e não lucrar através de juros abusivos. Empreendimentos como estes propiciam o acesso das camadas populares ao crédito através de sua própria poupança.

Em nível nacional ou estrutural, podemos destacar o estímulo ao comércio justo e solidário utilizando moedas comunitárias, assim como o controle e regulação dos fluxos financeiros, de maneira a torná-los um meio e não um fim. Além disso, faz-se necessário o controle público da taxa de câmbio e da emissão de moeda - de maneira a evitar lucros extraordinários decorrentes de situações monopolísticas - e fortalecer a esfera social face ao mercado.

### *3.2.2.2 Pelo desenvolvimento de Cadeias Produtivas Solidárias*

Na economia solidária é possível sincronizar os elos de cada cadeia produtiva solidária, formando redes de agentes que se complementam. Ao articular o consumo solidário com a produção, comercialização e finanças, do nível local ao global, a economia solidária propicia oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente, fazendo com que a economia seja direcionada a produção e reprodução da sociedade e agentes econômicos.

Côncios de fazerem parte de uma rede solidária abrangente, os agentes econômicos contribuem para o progresso próprio e do todo, valorizando as vantagens cooperativas e a

eficiência global, resultando em melhores condições de trabalho e vida para cada um e para todos.

Assim, questões como a *eficiência social* e o *destino dos excedentes* são decididas conjuntamente com os representantes da comunidade, permitindo que se invista nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias.

O desenvolvimento local é uma referência importante para a economia solidária, na medida em que mantêm fortes vínculos entre as redes da cadeia produtiva – produção, comercialização e consumo - dispostas em diversos países, como base nos princípios éticos, solidários e sustentáveis.

A economia solidária promove o desenvolvimento de redes de comércio justo, buscando o maior grau de equitatividade possível na divisão dos frutos do desenvolvimento produtivo.

### *3.2.2.3 Pela Construção de uma Política da Economia Solidária num Estado Democrático*

A economia solidária também é um projeto de desenvolvimento integral, buscando a justiça econômica, social, cultural e ambiental, a sustentabilidade e a democracia plena.

A economia solidária defende a autonomia dos empreendimentos e a organização dos trabalhadores em Estados democráticos e descentralizados, sem práticas cooperativas burocratizadas, que impeçam a participação direta dos cidadãos trabalhadores.

A economia solidária defende a intervenção estatal, no sentido de resguardar os direitos universais do trabalhador, consideravelmente abalados pelas políticas neoliberais.

Defende, também, um Estado democraticamente forte, constituído pela própria sociedade, transparente e capaz de conduzir as diferentes alas que a constituem, zelando pela justiça social e pelos direitos e deveres de cada cidadão e de todos. Um Estado democraticamente forte mantém-se em constante diálogo com a sociedade, fortalecendo a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento, e a democracia participativa.

Assim, a economia solidária surge como um setor econômico da sociedade, distinto do estatal e do capitalista. Este novo ator social autônomo fortalece o Estado democrático, sendo capaz de desencadear novos direitos e regras em seu próprio benefício.

### **3.3 O que a economia solidária não é**

A economia solidária rejeita os princípios da competição e da maximização de lucros, dois dos principais pilares do neoliberalismo.

A economia solidária confronta-se com a hipótese da auto-regulação dos mercados, defendida pelos neoclássicos, pois a competição não é a melhor forma de interação entre os atores sociais. Confronta-se também com a lógica do mercado capitalista, a qual nos leva a crer que as necessidades humanas só podem ser satisfeitas através de mercadorias, e que elas podem gerar oportunidades de lucro e acumulação de capital.

A economia solidária não está orientada para aliviar os problemas sociais decorrentes do neoliberalismo globalizado.

A economia solidária nega a competição nos moldes capitalistas, onde empresas, trabalhadores e nações se digladiam em uma ininterrupta guerra, onde os mais fortes perpetuam-se no poder graças, na maioria dos casos, à corrupção e trapaças.

A economia solidária contesta o conceito de riqueza, bem como seus indicadores, que se resumem ao valor de troca e ao valor produtivo, desprezando outros valores, como o ambiental, o social e o cultural de uma determinada atividade econômica.

Por fim, o conceito de economia solidária não se confunde com o de Terceiro Setor, o qual pretende substituir o Estado em seus deveres sociais, porém sem reconhecer o trabalhador como um sujeito protagonista de direitos. O assistencialismo inerente ao Terceiro Setor perpetua o trabalhador popular na condição de miséria, amenizando apenas temporariamente o sofrimento dos excluídos. A economia solidária por sua vez apresenta um projeto de desenvolvimento, que além de amenizar estas dificuldades, oferece os ditames para um novo estilo de vida marcado pela solidariedade e humanidade.

### **3.4 Plataforma**

Apresenta uma série de reivindicações, sugestões e recomendações , além de servir de documento para subsidiar a interlocução do movimento junto a outros movimentos sociais e ao poder público.

A plataforma de lutas do FBES vêm sendo construída desde a Primeira Plenária Nacional

em São Paulo no ano de 2002 à Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, a mesma que criou o fórum. O primeiro Encontro Nacional de Empreendedores Solidários, ocorrido em 2004, forneceu preciosa contribuição a esta Plataforma, que atualmente encontra-se dividida em sete eixos: Finanças Solidárias, Marco Legal, Educação, Comunicação, Redes de Produção, Comercialização e Consumo, Democratização do Conhecimento e Tecnologia, Organização Social da Economia Solidária. A seguir veremos detalhadamente cada um dos eixos.

### 3.4.1 Finanças Solidárias

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 19 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **finanças solidárias**:

1) Criar um fundo nacional para o fortalecimento e apoio aos empreendimentos solidários. Este fundo deve ter uma gestão descentralizada, participação popular e ser controlado pela sociedade. Deve ser constituído por fontes locais, regionais, nacionais e internacionais, com recursos públicos e privados.

2) Priorizar linhas abrangendo as comunidades: negra, de baixa renda, mulheres em risco social, indígenas e portadores de necessidades especiais. Fortalecer também linhas especiais para empreendimentos de autogestão, e para comercialização de produtos.

3) Consolidar e ampliar as experiências de fundos rotativos no país, sendo o crédito solidário um dos fomentadores dos empreendimentos solidários.

4) Fortalecer uma rede de instituições financeiras locais abrangendo ONGs, cooperativas de crédito, bancos cooperativos, OSCIPs<sup>7</sup>, bancos populares e programas governamentais, orientada para a realidade dos empreendimentos solidários e da economia solidária.

5) Remover os limites legais que impedem operadoras de crédito popular de oferecer outros serviços financeiros além do crédito, como seguros, poupança e títulos de capitalização.

6) Permitir às operadoras de crédito popular a captação de poupança, fortalecendo as microfinanças solidárias. Desta forma as comunidades podem utilizar seu próprio recurso para promover seu desenvolvimento.

---

<sup>7</sup> Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

- 7) Ampliar o repasse de fundos públicos para instituições de finanças solidárias e crédito popular, gerando autonomia aos empreendimentos solidários e desenvolvimento local.
- 8) Alterar a política de concessão de crédito às empresas em dificuldades financeiras, condicionando mudanças na gestão das empresas, de forma ampliar a participação dos trabalhadores no controle do passivo da empresa.
- 9) Criar linhas de crédito adequado aos empreendimentos solidários e facilitar o acesso destes ao crédito, principalmente dos empreendimentos em crise de falência, removendo exigências impraticáveis pela economia solidária.
- 10) Assegurar parte dos recursos oriundos de bancos públicos e privados para a economia solidária.
- 11) Possibilitar a organização e o fomento de cooperativas de crédito, revendo suas restrições legais e incentivando sua articulação em redes e complexos.
- 12) Modificar as regras de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e ao Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), reduzindo os valores consumidos pelas taxas de transações interbancárias.
- 13) Criar um programa de estímulo à criação e fortalecimento de instituições de microfinanças e finanças solidárias, e assegurar maior volume de recursos para bancos populares e outras formas de microfinanças solidárias.
- 14) Articular o crédito solidário horizontalmente nas diversas políticas públicas, mobilizando mais recursos do sistema financeiro predominante para as microfinanças solidárias.
- 15) Apoiar iniciativas de empreendimentos solidários, através da concessão de uma renda mínima para grupos que estejam começando suas atividades.
- 16) As finanças solidárias devem ser inseridas no Projeto Fome Zero, como um componente estrutural, em meio à dimensão assistencialista do programa.
- 17) Constituir um sistema nacional de finanças solidárias vinculado a uma política de desenvolvimento territorial local.
- 18) Implantar programas de fortalecimento e ampliação da rede nacional de trocas solidárias.
- 19) Garantir critérios de financiamentos, valores, juros, carências, prazos, garantia e sistema de cobrança e devolução.

### 3.4.2 Marco Legal

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 16 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **marco legal**:

- 1) Articular no FBES políticas de interesse do movimento de economia solidária nas iminentes reformas tributária, previdenciária, fiscal dentre outras.
- 2) Difundir e reconhecer legalmente as diversas manifestações da economia solidária, como o comércio justo, as feiras solidárias e os sistemas de troca com moeda social.
- 3) Tributar especificamente os empreendimentos da economia solidária.
- 4) Garantir a isenção de impostos municipais, estaduais e nacionais para a compra de matéria-prima, máquinas, equipamentos, etc.
- 5) Reformar a legislação que abrange os empreendimentos solidários, fornecendo condições de sustentação e apoio a estes empreendimentos. Estabelecer critérios diferenciados para a economia solidária.
- 6) Impor um marco jurídico adequado à economia solidária, reconhecendo-a como uma esfera autônoma, com necessidades próprias, e diferente dos setores estatal e mercantil privado.
- 7) Normatizar as empresas de autogestão, cooperativas populares e organizações de economia popular.
- 8) Elaborar uma nova legislação para o cooperativismo e empresas autogestionadas, considerando aspectos como acesso ao crédito, diferenciação tributária, e acesso aos benefícios do INSS por parte dos cooperados.
- 9) Reconhecer formalmente as formas de organização do trabalho (baseadas em princípios de solidariedade e popularidade), elaborando projeto de lei que facilite o apoio e o desenvolvimento de experiências solidárias.
- 10) Aperfeiçoar a fiscalização dos empreendimentos autogestionários, de maneira a evitar fraudes visando a terceirização da mão-de-obra e redução de encargos fiscais.
- 11) Assegurar o cumprimento das Convenções n.100 e n.111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), bem como ratificar a Convenção n.156 (Trabalhadores com responsabilidades familiares).
- 12) Definir no Plano Diretor Urbano – PDU e no Estatuto das Cidades, zonas de

interesse e de implantação de projetos de economia solidária.

- 13) Contratar cooperativas para a prestação de serviços em todas as esferas estatais.
- 14) Regularizar as atividades dos empreendimentos populares através da emissão de CNPJ e notas de vendas especiais para viabilizar a participação em licitações.
- 15) Pressionar os responsáveis pela Lei de Falências, de maneira a favorecer a aquisição de empresas em processo de falência pelos trabalhadores, sem que estes herdem as dívidas restantes.
- 16) Propor leis sobre políticas de cotas no acesso ao mercado de trabalho, com o objetivo de equalizar as oportunidades de emprego entre as diversas etnias, gêneros e raças.

### 3.4.3 Educação

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 14 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **educação**:

- 1) Incorporar no Ministério da Educação (MEC) programas de economia solidária, promovendo a educação das novas gerações, da pré-escola à pós-graduação.
- 2) Financiar estudos, pesquisas e trabalhos orientados ao desenvolvimento metodológico de gestão e tecnologias relacionados à economia solidária.
- 3) Estimular a extensão universitária junto ao MEC, atuando nas questões da economia solidária, privilegiando trabalhos, pesquisas e trabalhos interdisciplinares que envolvam os conteúdos da economia solidária.
- 4) Formar e capacitar profissionais envolvidos ou não em iniciativas solidárias para atuarem na economia solidária, através de convênios envolvendo entidades relacionadas à economia solidária.
- 5) Aprimorar o Sistema S<sup>8</sup>, revendo suas prioridades e direcionando recursos para a produção e sistematização de conhecimentos e tecnologias relacionadas à economia solidária.
- 6) Oferecer novas perspectivas profissionais para as mulheres através da adequação dos programas de formação e qualificação profissional às necessidades femininas.
- 7) Elaborar uma política específica visando estimular as jovens para carreiras

---

<sup>8</sup> O artigo 149 da Constituição Federal prevê três tipos de contribuição a serem instituídas pela União, sendo que um deles refere-se a contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas. Daí provêm o amparo legal para a exigência de um conjunto de onze contribuições, convencionalmente chamado Sistema S. A receita auferida é direcionada

científicas e tecnológicas, e garantir para as mulheres condições de equidade nas comunidades científicas.

8) Constituir centros de referência públicos, onde sejam ministrados cursos e treinamentos específicos para agentes da economia solidária, assegurando capacitação, formação e assistência técnica adequados às características dos empreendimentos e práticas solidários.

9) Utilizar recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador na realização de cursos profissionalizantes, e obter apoio do SEBRAE como agente formador.

10) Estimular trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária a aderirem aos programas de capacitação e alfabetização de jovens, adultos e comunidades sem acesso ao ensino formal.

11) Criar um grupo de educadores para ensinar os princípios do cooperativismo e sua importância no contexto atual.

12) Incorporar o ensino da economia solidária deve aos programas de Ministérios, como o da Saúde, Trabalho, e Meio Ambiente, contemplando temas transversais como gênero, raça e etnia.

13) Adotar uma estratégia de formação e capacitação envolvendo atividades da economia solidária, com metodologia reconhecendo as diversidades culturais e o surgimento de novas tecnologias.

14) Criar uma Escola Nacional de Cooperativismo.

### 3.4.4 Comunicação

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 5 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **comunicação**:

1) Utilizar os meios de comunicação disponíveis, ou criar um sistema de comunicação que difunda os valores da economia solidária na sociedade, através de recursos como o ensino à distância, vídeos, cartilhas informativas, livros didáticos, *sites* eletrônicos, e da criação de um disque economia solidária.

2) Criar um banco nacional de políticas públicas e experiências bem-sucedidas de economia solidária, geridos por administradores que desenvolvem programas de economia



solidária, com fácil acesso na *internet*.

3) Demonstrar experiências exitosas em economia solidária através da difusão destas e do intercâmbio de informações entre agentes da economia solidária e sociedade.

4) Facilitar a concessão de rádios e TVs comunitárias e autogestionárias, jornais e revistas difundindo informações sobre economia solidária para a sociedade, bem como estimular a produção de programas de TV e rádio abordando o tema economia solidária.

5) Divulgar continuamente cultura, idéias e práticas da economia solidária junto à população, conscientizando-a das vantagens sociais e éticas do consumo solidário quando os produtos são oriundos de empreendimentos solidários.

### 3.4.5 Redes de Produção, Comercialização e Consumo

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 10 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **redes de produção, comercialização e consumo**:

1) Desenvolver, fortalecer e articular as redes de produção e consumo em todos os níveis territoriais com base nos princípios da economia solidária, respeitando a regionalidade dos empreendimentos, e estabelecendo a equidade entre pares (gênero, raça, etnia, idade), promovendo assim a emancipação de grupos que ainda sofrem discriminação dentro da economia solidária.

2) Priorizar ações regionalizadas de economia solidária na produção e comercialização de bens e serviços a serem consumidos com recursos do Programa Fome Zero, orientando assim a produção para as demandas reais dos setores populares, como alimentação, higiene, limpeza e vestuário.

3) Criar o portal brasileiro da economia solidária, estruturando redes nacionais de comercialização e intercâmbio de informações, localização de produtos e serviços, diagnósticos de cadeias produtivas e transferência de tecnologia, facilitando parcerias, negócios e investimentos coletivos entre os empreendimentos solidários, garantindo-lhes visibilidade e projeção nacional e internacional. Assim, estreita-se o contato entre produtores e consumidores, integrando cidade e campo.

4) Garantir recursos para a construção, articulação e monitoramento das redes de economia solidária, viabilizando a integração entre campo e cidade.

5) Facilitar o processo de identificação dos produtos e serviços da economia solidária pelos(as) consumidores(as) no ato da compra, através do aprofundamento do debate sobre marcas e selos de certificação em sistemas participativos.

6) Criar mecanismos que permitam compras governamentais de produtos e serviços solidários através de licitações e do estabelecimento de cotas para a compra desses bens e serviços por parte do Governo.

7) Defender a produção familiar através de políticas de preço mínimo e de compras privilegiadas da produção familiar.

8) Organização de cooperativas de consumo e central de compras coletivas.

9) Investir na formação de redes regionais de comercialização e consumo reunindo vários tipos de cooperativas.

10) Utilizar espaços públicos ociosos como lugar de trocas, comercialização de produtos solidários e armazenamento de materiais reciclados, ou construir novos espaços caso não haja espaços públicos ociosos.

### 3.4.6 Democratização do Conhecimento e Tecnologia

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 12 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **democratização do conhecimento e tecnologia**:

1) Promover o desenvolvimento de tecnologias apropriadas à economia solidária, visando o desenvolvimento e qualificação de produtos, respeitando a cultura e os saberes locais.

2) Direcionar ações de pesquisa e programas universitários de extensão para a produção de tecnologias alternativas adequadas à economia solidária, assim como para a difusão e qualificação das práticas e saberes solidários.

3) Orientar Ministérios e organismos federais a promoverem o desenvolvimento, qualificação e expansão da economia solidária.

4) Descentralizar a tecnologia e a informação, resgatando e valorizando o conhecimento oriundo das experiências solidárias, e mapeando e sistematizando esse conhecimento.

5) Criar programas de financiamento para as ONGs, ITCs, Rede Unitrabalho e outras organizações que atuam na formação e capacitação tecnológica dos empreendimentos

solidários.

- 6) Criar centros solidários de desenvolvimento tecnológico, adequando os processos produtivos às diversidades regionais do país, à sua sustentabilidade social e ecológica, às peculiaridades do público a quem se destina a tecnologia, e às finalidades para as quais são desenvolvidas, gerando produtos, processos, serviços, máquinas, equipamentos e técnicas adequadas aos desafios da economia solidária no país, visando superar dificuldades de sustentação, viabilidade e sustentabilidade dos empreendimentos solidários.
- 7) Ampliar fóruns de ciência e tecnologia para discutir os desafios da autogestão.
- 8) Redefinir política de assistência técnica para os empreendedores solidários do campo e da cidade.
- 9) Mobilizar o potencial criativo de inventores(as) e pesquisadores(as), estimulando a sua organização em cooperativas para o estudo da economia solidária, e colaborando em suas áreas específicas.
- 10) Proporcionar condições para que as novas tecnologias sejam acessíveis aos empreendimentos solidários.
- 11) Fornecer condições para que Estados e Municípios possam desenvolver discussões temáticas e conceituais relacionadas à economia solidária.
- 12) Difundir e ampliar o intercâmbio de experiências entre os grupos da economia solidária, promovendo a transversalidade dessas experiências através de uma rede de articulação.

### 3.4.7 Organização Social da Economia Solidária

A plataforma de lutas do FBES sugere ao governo federal 5 ações de incentivo à economia solidária através do eixo **organização social da economia solidária**:

- 1) Criar uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, incumbida de elaborar políticas de forma interdisciplinar, transversal e intersetorial, adequada à expansão e fortalecimento da economia solidária no Brasil, além de executá-las estrategicamente. A Secretaria deve articular-se conjuntamente com o FBES.
- 2) Assegurar a representação da economia solidária no Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e nos conselhos municipais e estaduais, se vierem a ser formados.
- 3) Sistematizar mecanismos institucionais implementados em diversos âmbitos

ligados à economia solidária, para divulgá-los e aprimorá-los.

4) Fortalecer as bases do movimento de economia solidária através de redes, por segmento e território.

5) Organizar fóruns estaduais como forma de mobilização social, visando criar as condições socioeconômicas e jurídicas para o fortalecimento da economia solidária.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA ESFERA FEDERAL**

#### **4.1 Secretaria Nacional de Economia Solidária**

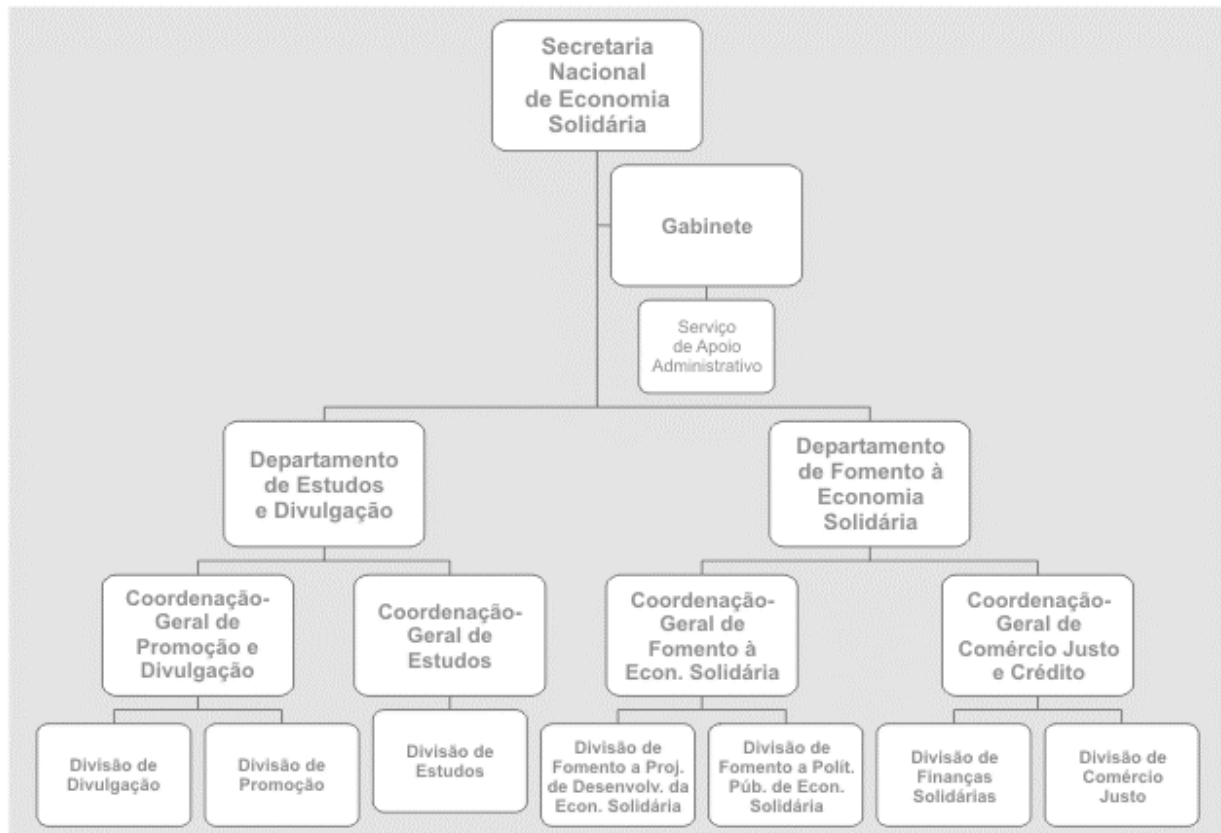
No dia 26 de junho de 2003 foi criada no MTE a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa iniciativa foi fruto das reivindicações do GTBrasileiro do FSM junto ao Presidente Lula, recém-eleito na época.

##### **4.1.1 Composição e Estrutura**

Atualmente a SENAES conta com uma equipe de aproximadamente 30 pessoas divididas em dois Departamentos, um de fomento e outro de estudos e divulgação, além do Gabinete do Secretário. Possui ainda, coordenadorias de comércio justo e crédito, fomento à economia solidária, de estudos sobre a economia solidária, e de divulgação da mesma. Em reuniões plenárias da equipe são discutidas as diretrizes de ação para que um comitê gestor, composto pelo chefe de gabinete, diretores dos departamentos, secretário-adjunto, assessor do secretário e secretário, as implemente (SINGER, 2006, p.202).

É importante ressaltar a relação de complementariedade entre a SENAES e o FBES, cuja comissão coordenadora nacional em Brasília reúne-se regularmente com a direção da SENAES. Dentre as atividades conjuntas destaca-se o I Encontro Nacional dos Empreendimentos Solidários, realizado em agosto de 2004, com a participação de mais de duas mil pessoas eleitas em encontros realizados em todos os Estados. Outra relevante atividade desenvolvida em conjunto entre SENAES e FBES é a Conferência Nacional de Economia Solidária, que será abordada detalhadamente mais a diante.

**Figura 3: Estrutura da Secretaria Nacional de Economia Solidária**



Fonte: MTE

## 4.1.2 Atividades

### 4.1.2.1 Economia Solidária contra a Pobreza

A SENAES pretende utilizar a economia solidária no combate a pobreza. Isso já vêm ocorrendo, e pode ser exemplificado através dos casos onde empregados de empresas falidas assumem a gestão, ou ainda, quando camponeses adquirem terras por meio de reforma agrária. Em ambos os exemplos, as ações são motivadas pela falta de emprego e renda. Como o modelo capitalista de produção não dá conta de absorver toda mão-de-obra disponível na economia, resta uma outra porção: a dos excluídos deste circuito, que se organizam visando a simples subsistência.

Como a maior parte dos empreendimentos sobrevive com dificuldades, quase sempre com auxílio de outras fontes, a luta contra a pobreza tem que abranger um campo territorial mais amplo, grande o suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento autônomo, sem excessivas injeções externas de recursos públicos (SINGER, 2006, p.203).

Existem hoje no país várias experiências que a princípio dependiam de ajuda externa, mas que nos anos seguintes tornaram-se auto-suficientes, acumulando capital para o seu processo de desenvolvimento.

#### *4.1.2.2 Estímulo à formação de redes de empreendimentos solidários*

A SENAES fornece apoio material para a comercialização de produtos produzidos nos empreendimentos solidários organizados em feiras locais, regionais e estaduais. Além do comércio, desenvolvem-se nas feiras outros eventos como seminários, debates, palestras e cursos. Em 2005, realizou-se em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, uma feira anual de proporções internacionais envolvendo muitos empreendimentos de países do Mercosul.

Iniciativas como essas propiciaram a formação de uma sólida cadeia de consumo e produção solidários: A cadeia do algodão orgânico no Estado do Ceará, Formada por agricultores produtores de algodão. A cadeia inicia-se com a separação da pluma e caroço pelos produtores; a pluma é fiada em uma fábrica recuperada e tecida em outra fábrica recuperada no Estado de São Paulo; o pano é então costurado por cooperativas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Recentemente essas cooperativas lançaram seus produtos através da grife Justa Trama em um desfile de moda no Rio de Janeiro. Esta cadeia estende-se de Norte a Sul gerando benefícios a todos os seus elos (SINGER, 2006, p.204).

#### *4.1.2.3 Formação em economia solidária*

A SENAES empreende cursos de formação para servidores públicos das esferas municipal, estadual e federal, que desempenham atividades na função pública relacionadas à economia solidária. Os cursos são ministrados por militantes e dirigentes do movimento, promovendo a difusão de experiências relacionadas à economia solidária dentro da esfera estatal.

Esta atividade vêm se estendendo aos servidores das DRTs, aos membros dos comitês gestores do mapeamento da economia solidária nos Estados, aos educadores populares que desenvolvem a mobilização para a execução do Programa Fome Zero, a gerentes do Banco do Brasil que atuam no Programa de

Desenvolvimento Regional Sustentável e a outros atores que impulsionam a economia solidária em todos os quadrantes do território Nacional (SINGER, 2006, p.204).

O Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) também contribui para a difusão da economia solidária. Através do estímulo à formação de incubadoras de cooperativas populares nas universidades, a SENAES (em parceria com outros atores governamentais) pretende ampliar o número de incubadoras no país.

Atualmente existem 33 incubadoras, mas o PRONINC já aprovou o apoio à formação de incubadoras em mais dez universidades, e pretende também fomentar a criação de incubadoras nas áreas mais carentes do país (SINGER, 2006, p. 204).

#### *4.1.2.4 Mapeamento da economia solidária*

A SENAES promove o constante mapeamento da economia solidária através da mobilização do conhecimento disponível. Existe atualmente uma vasta quantidade de material, bem como de pesquisadores empenhados na economia solidária. Ao concentrar esses esforços no sentido de formar uma identidade da economia solidária, marcada pela coerência em torno deste conceito, a SENAES acompanha em “tempo integral” o desenvolvimento da economia solidária em território Nacional.

Através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, a SENAES desempenha um trabalho visando catalogar os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento. O mapeamento da economia solidária é de relevante importância para a definição de prioridades e direcionamento de políticas públicas. Permite também verificar a evolução dos empreendimentos solidários ao longo do tempo.

#### *4.1.2.5 Outras atividades*

A SENAES mantém parcerias com os Ministérios da Saúde e da Educação. Com o primeiro empreende a constituição de cooperativas por egressos de manicômios em extinção; com a pasta da educação empenha-se para incorporar a economia solidária no currículo dos cursos disponíveis no quadro da Educação de Jovens e Adultos – EJA, um programa do governo federal destinado às pessoas com formação escolar incompleta. Como a maior parte dessas pessoas é de baixa renda, uma formação em economia solidária pode ajudá-las a reinserir-se



socialmente. Coopera também com:

- λ o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), no financiamento de empresas financiadas e de entidades de microcrédito;
- λ o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no apoio a fundos rotativos na região Nordeste;
- λ as Secretarias Nacionais da Pesca, do Turismo e de Políticas Públicas pela Igualdade Racial; para utilizar a economia solidária no combate à pobreza;

## 4.2 Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES

O CNES foi criado no mesmo ato legal que criou em junho de 2003 a SENAES no MTE. Trata-se de um órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária. Suas principais atribuições são:

- ⌋ a proposição de diretrizes para as ações voltadas à economia solidária nos Ministérios que o integram e em outros órgãos do Governo Federal;
- ⌋ o acompanhamento da execução destas ações, no âmbito de uma política nacional de economia solidária.

No que concerne à sua composição, o CNES representa três segmentos do movimento de economia solidária, totalizando 56 entidades:

- ⌋ 19 representantes do governo
- ⌋ 20 representantes de EESs
- ⌋ 17 representantes de entidades não governamentais de fomento e assessoria à economia solidária

### 4.2.1 Estrutura e Funcionamento

O CNES é composto por quatro instâncias: Plenário, Comitê Permanente, Comitês Temáticos e Secretaria Executiva. O Plenário é a instância máxima de decisão do CNES, sendo composto por seus 56 membros. Por sua vez, o Comitê Permanente do CNES é responsável pela preparação das pautas das reuniões junto com a secretaria do CNES, além de auxiliar o Presidente nos encaminhamentos das proposições aprovadas em plenário. Finalmente, os Comitês

Temáticos são instâncias responsáveis por estudar, debater, elaborar propostas e oferecer subsídios, recomendações e pareceres, de forma crítica e analítica, sobre temas específicos relacionados às políticas públicas para a economia solidária. São cinco os Comitês Temáticos:

- λ Comercialização, Redes e Cadeias de Produção e Consumo;
- λ Crédito e Finanças Solidárias;
- λ Formação e Assistência Técnica;
- λ Institucionalidade de Política Nacional;
- λ Marco Jurídico.

A Secretaria Executiva, por sua vez, é a instância que tem por finalidade o apoio técnico-administrativo ao CNES, bem como aos seus Comitês Permanente e Temáticos, fornecendo as condições necessárias para o cumprimento de seus objetivos.

### **4.3 Conferência Nacional de Economia Solidária**

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES) realizou-se em Brasília, no período de 26 a 29 de junho de 2006. Foi convocada conjuntamente pelos Ministérios do Trabalho e Emprego/SENAES, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O principal objetivo da CONAES é debater e propor princípios, diretrizes, estratégias e prioridades para as políticas voltadas ao fortalecimento da economia solidária. Pretende-se assim consolidar a economia solidária como estratégia e política pública de desenvolvimento, através do debate entre poder público e sociedade civil.

Antes da I CONAES foram convocadas Conferências Estaduais em todos os Estados da União, sendo que cada um deles elegeu delegados estaduais segundo critérios definidos na Portaria Interministerial de Convocação. Cada Estado deveria compor sua delegação na seguinte proporção:

- λ Empreendimentos econômicos solidários e suas entidades de representação – 50%
- λ Entidades e organizações da sociedade civil – 25%
- λ Poder público – 25%

Além dos delegados estaduais, participaram também delegados nacionais (membros do CNES ou indicados pela Comissão Organizadora Nacional), reunindo um total de 1073 delegados na I CONAES.

Durante a Conferência os delegados (com direito a voz e voto) e os convidados (com direito a voz) dividiram-se em Grupos de Trabalho debatendo três eixos temáticos:

- λ os fundamentos da economia solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo
- λ o balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas
- λ os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social

## CAPÍTULO V

### 5. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a trajetória do Movimento de Economia Solidária após o Primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS) no ano de 2001.

Com os estudos realizados, pôde-se perceber que este movimento fortaleceu-se a partir da formação do GTBrasileiro, criado para representar as Redes Internacionais de Economia Solidária e a participação Nacional no I FSM. Diversos segmentos e práticas da economia solidária constituíram o GTBrasileiro, atestando a abrangência do tema em nosso País. Foi possível debater os termos da formação da identidade da economia solidária como um sujeito coletivo com objetivos em comum. A ascensão de Lula à Presidência da República em 2002 foi crucial na recente trajetória do movimento, na medida em que o Presidente explicitamente pretendia incluir a economia solidária em seu plano de Governo.

Ao longo do trabalho foi possível constatar o relevante papel desempenhado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária no diálogo do setor civil com o setor estatal. O FBES foi formado em 2003 na III Plenária do FSM, graças às negociações do GTBrasileiro com o receptivo governo Lula. Trata-se de uma considerável vitória do movimento, visto que, nunca na história brasileira um governo dedicou-se com similar afinco a um projeto alternativo de esquerda como o da economia solidária.

O FBES estruturou-se de maneira a oferecer um campo permanente de interlocução entre sociedade civil e governo. A Plataforma de lutas do FBES, formada através de sucessivos debates entre os representantes, fornece as diretrizes para as políticas nacionais de estímulo à economia solidária. Com isso o Movimento dispõe de um espaço privilegiado junto ao Estado. Quanto à

difusão da economia solidária no Brasil, o FBES também contribui decisivamente, na medida em que ramifica-se em fóruns estaduais, abrangendo todos os Estados da União. O FBES dispõe de uma proposta alternativa bem estruturada, com princípios e reivindicações junto ao Governo Federal, servindo como uma poderosa arma para os milhares de trabalhadores da economia solidária lutarem por reconhecimento institucional frente ao Poder Público.

Constatou-se também uma série de ações orientadas à economia solidária desempenhadas no Ministério do Trabalho e Emprego. A primeira delas foi a constituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Este órgão desempenha importantes atividades como: apoio a experiências de desenvolvimento comunitário através do suprimento de formação em economia solidária a lideranças locais; estímulo à formação de redes de empreendimentos solidários; fornecimento de cursos de capacitação em economia solidária para servidores públicos engajados em atividades conexas; o mapeamento da economia solidária no Brasil, além de outras parcerias com bancos, Ministérios e outros órgãos.

O mesmo ato legal que decretou a criação da SENAES criou também o Conselho Nacional de Economia Solidária em 2003. Trata-se de um órgão de suma importância no encaminhamento das reivindicações do movimento ao Setor Público. Além de propor diretrizes aos órgãos governamentais que adotam políticas de economia solidária, o CNES supervisiona estas ações.

Finalmente, aconteceu em 2006 a I Conferência Nacional de Economia Solidária, convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A CONAES pretendeu afirmar a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento em nosso país, através do diálogo com a sociedade civil.

Os resultados da pesquisa apontam o fortalecimento do Movimento de Economia Solidária após o Primeiro Fórum Social em 2001 na cidade de Porto Alegre. Os atores e entidades envolvidas nesse campo organizaram-se formando, assim, uma identidade coletiva capaz de reivindicar junto ao Governo Federal políticas de estímulo à economia solidária no Brasil. A constituição de um Fórum Nacional de Economia Solidária, bem como as ações desenvolvidas no MTE corroboram o fortalecimento do movimento.

Porém, uma dúvida permanece em aberto: conseguirá o movimento de economia solidária progredir na sua luta pelo reconhecimento institucional da economia solidária como um modelo

de desenvolvimento alternativo às relações capitalistas, diante de um Governo de oposição? Sabe-se da relevância do Governo Lula na recente trajetória da economia solidária, porém, não é garantido que outros governos estejam dispostos a dialogar com os atores da economia solidária como o atual está.

## REFERÊNCIAS

COLE, G. D. H. **A Century of Co-operation**. Manchester, Co-operative Union Ltd., 1944.

FERREIRA, E. A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção. *In*: SINGER, P. e SOUZA, (orgs.). **Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, FBES, Secretaria Executiva. **A Trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)**. Disponível em < [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=25&Itemid=18&mode=view](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=25&Itemid=18&mode=view) > Acesso em 17 fevereiro 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, FBES. **Sobre o Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Disponível em < [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57) > Acesso em 15 janeiro 2008.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, FSM. **O que é o FSM**. 24 julho de 2004. Disponível em: < [http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id\\_menu=19&cd\\_language=1](http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1) > Acesso em 15 janeiro 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas. **Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.7, n.1, jan.-jun. 2007. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/1542> > Acesso em 18 janeiro 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. *et al.* (Orgs.). **Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ICAZA, A. Políticas Públicas e Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *In*: **Ação Pública e Economia Solidária – Uma Perspectiva Internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, MTE. **Economia Solidária. Conferência Nacional de Economia Solidária**. Apresenta uma breve apresentação da Conferência Nacional de Economia Solidária. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_default.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_default.asp) >. Acesso em 22 jan 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Economia Solidária**. Conselho Nacional de Economia Solidária. Estrutura e Funcionamento. Apresenta um breve resumo da estrutura e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/estrut\\_func.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/estrut_func.asp) > Acesso em 22 janeiro 2008.

MANCE, E. A. I. **Conferência Nacional de Economia Solidária** – Políticas Públicas para o Desenvolvimento Econômico Solidário no Brasil. 2006. Disponível em < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textoeuclidesmance.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textoeuclidesmance.pdf) > Acesso em 22 janeiro 2008.

SilvaSILVA, L. I. L. da *et al.*. Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, **Anais ...**, 2006, Brasília. Disponível em < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_anais.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_anais.pdf) > Acesso em 15 fevereiro 2008.

SINGER, P. **A Economia Solidária no Governo Federal**. 2004. Disponível em: < [http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf) > Acesso em 24 janeiro 2008.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZANFRA, M. K. **Movimento De Economia Solidária: a Perspectiva dos(as) Assistentes Sociais**. 2007. 83 f. Dissertação (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.